

Misticismo Religioso no Sertão Republicano: Conflitos e Resistência na Revolta de Pinto Madeira (1832 – Ceará).

Jean Carlos Soares Pereira¹

Resumo:

O presente trabalho tem como objetivo fazer uma breve análise sobre a Revolta de Pinto Madeira que ocorreu no sertão do Ceará em fins de 1831. O estudo desse tema dispõe-se a empreender uma discussão que insira essa revolta no diálogo com as novas vertentes historiográficas proporcionadas pelos trabalhos de historiadores como Marco Morel, Marcello Otávio Basile, Gladys Sabina Ribeiro, Marcus Carvalho, dentre outros.

Palavras-chave: resistência; poder político; historiografia.

Contexto: Brasil Oitocentista

A vacância no poder político em razão da abdicação de D. Pedro I ocasionou ferozes disputas entre os dois grupos promotores do evento: os *liberais exaltados* e os *liberais moderados*². O terceiro grupo – os *Restauradores* – formava nos primeiros anos da década de 1830, a sociedade *Colunas do Trono e do Altar*. Existindo desde 1828, almejavam que o Imperador governasse sem o “trambolho”, ou seja, sem a constituição. Gozando de grande influência em Pernambuco, os *colunas* transformaram-se paulatinamente em restauradores após a abdicação. Essas associações políticas constituíam, conforme Marco Morel:

formas de agrupamento em torno de um líder, ou através de palavras de ordem e da imprensa, em determinados espaços associativos ou de sociabilidade e a partir de interesses ou motivações específicas, além de se

¹ Aluno do curso de graduação em História da Universidade Estadual de Alagoas – UEAL. Endereço para contato: jean_cahis@hotmail.com.

² Para Socorro Ferraz “a ausência de um consenso entre as frações de classe, do norte ao sul, gerou conflitos que, em última instância se apoiaram nas duas faces do liberalismo: uma que enfatiza a sociedade civil em oposição ao governo e a outra que enfatiza o Estado como portador e garantidor da liberdade individual”. In: FERRAZ, Socorro. **Liberais & Liberais**. Guerras civis em Pernambuco no século XIX. Recife: EdUFPE, 1996. p. 12

delimitarem por lealdades ou afinidades (intelectuais, econômicas e culturais etc.) entre seus participantes.³

Mesmo tendo em mente que essas três facções políticas se interpenetravam, se diluíam e se confundiam no meio do complexo tecido social, é necessário observar os agrupamentos políticos que se institucionalizaram após a abdicação. Tais associações foram extremamente representativas. Elas apontaram, cada qual ao seu modo, um rumo distinto para a nação.⁴

Os conflitos suscitados por estas diferentes prerrogativas alcançaram pontos extremos de radicalização e ultrapassaram os espaços de controle do aparelho de Estado, ganhando as ruas e os campos, envolvendo intelectuais urbanos, fazendeiros, padres, magistrados, lavradores pobres, negros escravos, índios, enfim, grupos heterogêneos que ora aliavam-se, ora combatiam-se em armas ameaçando a unidade do Império e o *status quo* vigente com suas demandas sociais variadas.

Em fins de 1831, um levante que desejava restaurar o trono de D. Pedro I ocorrera no sertão cearense, atingindo também regiões do interior de Pernambuco. Seu líder era Joaquim Pinto Madeira, um proeminente chefe militar da vila do Jardim, sertão do Ceará, numa região denominada Cariri. Em 1824, durante a Confederação do Equador ajudou as forças imperiais, derrotando os revolucionários da vila de Crato, cidade vizinha e rival. Após essa intervenção considerada um “ato de bravura”, foi agraciado pelo Imperador e promovido ao posto de Coronel, sendo também nomeado Comandante Geral das Armas do Crato e do Jardim, por ato assinado em novembro de 1824. Dessa forma, o apoio ao projeto do Rio de Janeiro conferiu a Pinto Madeira o poder político da Região do Cariri, e também uma intensa rivalidade com grandes senhores de terra da vila do Crato.

Pinto Madeira foi um dos membros da Coluna do Trono e do Altar em pleno sertão cearense. Após a abdicação de D. Pedro I, no entanto, ele perdeu todas as honrarias concedidas pelo Imperador. As rivalidades locais se reacenderam, e iniciaram-se embates no Cariri. Com a ajuda do Padre Antonio Manuel de Souza, figura extremamente carismática, ele mobilizou uma milícia de sertanejos e dominou grande parte do sertão cearense em fins de 1831.⁵ O Padre Antonio Manuel de Souza ficou conhecido como “benze-cacetes”, porque benzia os porretes daqueles pobres soldados

³ MOREL, Marco. **O período das regências (1831-1840)**. RJ: Zahar, 2003. p. 32-33.

⁴ *Idem, ibidem*.

⁵ BRITO, Sócrates Quintino da Fonseca e. **A Rebelião de Pinto Madeira: fatores políticos e sociais**. Teresina: Projeto Petrônio Portella, 1985, p. 27 e pp. 35-36.

camponeses que não tinham armas melhores. A rebelião de Pinto Madeira se imbuíu de idéias restauradoras, clarificadas nesse trecho de uma proclamação do próprio líder da revolução:

Brasileiros. É chegada a hora de nossa regeneração política. Época em que malvados liberais vão ser punidos de tão horrorosos crimes por eles perpetrados. (...) Brasileiros. Estou à vossa frente com 3.800 heróis bem armados e municados e jamais retrogradarei meus passos sem que ainda no mais remoto canto do Brasil não se respeite a religião de nossos pais e o Senhor D. Pedro I, em abono disto quanto vos acabo de dizer, só recomendo que, se eu morrer, vingai-me com a conclusão de nossa honra. Viva a Religião Católica Apostólica Romana de Nosso Senhor Jesus Cristo. Viva nosso adorado Imperador O Senhor D. Pedro I e sua augusta Dinastia. Viva os bons fiéis brasileiros em geral, e, em particular, os grandes habitantes de Jardim.⁶

Misto de querelas entre grandes senhores locais, pobreza rural, fanatismo religioso e questões políticas mais abrangentes, a rebelião de Pinto Madeira chegou adentrar pelo sertão pernambucano. O medo de um levante dos *colunas* se tornou ainda maior no Recife. Várias medidas institucionais foram tomadas ao longo de todo o ano de 1831 e no início de 1832, com o intuito de enfraquecer as possíveis aspirações restauradoras em Pernambuco. Acrescentando-se o envio de tropas ao sertão cearense para ajudar no combate contra as milícias armadas com cacetes benzidos. Em ofício de maio de 1832, o governo pernambucano confirma seu apoio contra a revolta de Pinto Madeira:

Tendo recebido o Off. Q. a câmara Municipal da Cidade de Fort., Cap. Dessa Prov.a, me dirigio em data de 23 de abril pa. Pa, pedindo encarecidamente promptos socorros contra o malvado e detestável Pinto Madeira, q. a tem dilacerado, e ameaça submergi-la, e mostrando-se pa. Isso autorizada p. V. Exa. Em Conselho deste Gov., o qual sumamente sensibilizado pelas graças de uma tão importante parte do Brasil, e interessado na sua salvação, e liberdade, resolveo, q. lhe fossem enviados todos os auxílios compatíveis com as nossas actuaes circunstancias, ordenando-se por consequinte, q. pelo interior marchassem 100 homens da Expedição de St. Antão, armados, e municados, e 5 officiaes, debaixo do comando do Capm. Jose Joaquim da Silva Santiago...⁷

A fala governamental revela o quanto essa revolta sob os auspícios do discurso restauracionista deixou apreensiva as autoridades pernambucanas, que a despeito de seu poderio militar vivenciava uma relação de fragilidade política frente a essas formas de

⁶ CASA ANÍSIO BRITO (Instituto Histórico do Piauí), (Livro n. 139-A, Joaquim Pinto Madeira, 1832, p. 132 e verso), *apud*. BRITO, Sócrates Quintino da Fonseca. **A Rebelião...**, p. 50. Segundo Brito, existem fortes evidências de que Pinto Madeira não era letrado e que o Padre Antonio Manuel de Souza foi quem escreveu tal proclamação.

⁷ Ofício do Governo Provincial de Pernambuco ao Presidente do Ceará sobre auxilio a Pinto Madeira (28/05/1832) In: Transcrições das pesquisas de Manuel Correia de Andrade no Arquivo Público de Pernambuco sob a guarda da Profa. Janaina C. Mello.

contestação que adentravam seu território.⁸ Também descortina as “representações simbólicas” construídas em torno de alcunhas pejorativas destinadas aos revoltosos.

Refletir sobre essa revolta implica analisar as estruturas sócio-econômicas do século XIX nas áreas que abrigaram a revolta em questão como elementos essenciais para a compreensão da cultura política constituída por elites urbanas e camadas rurais do nordeste em suas formas de apreensão e reformulação coletiva do cotidiano vivido.

Numa conjuntura de imobilização de terra e trabalho como condição fulcral para a reprodução do sistema de *plantation* se configuram os laços de sujeição não somente do escravo, mas do trabalhador livre alijado de qualquer forma de representação política ou exercício de cidadania. Situação de longa duração que permanece mesmo após a emancipação política do país, a abdicação do primeiro imperador e o período regencial.

Repensar a história regencial, tendo como objeto de estudo as manifestações contestatórias ocorridas no sertão impõe vários desafios, dentre eles problematizar a visão corrente da cidade como *locus* essencial para os embates políticos propiciados por uma diversidade de idéias, indivíduos, profissões e riquezas que tornavam o campo mais vulnerável para as revoluções⁹.

Em termos geográficos, o recorte deste trabalho abrange a região do Crato (sertão do Cariri) na Província do Ceará, local dos conflitos, porém com um olhar atento às interfaces com Pernambuco. Como corte cronológico optou-se por situar esse trabalho entre os anos de 1831 e 1833, compreendendo o início da luta armada sob as lideranças políticas de fazendeiros restauradores e sua repercussão nos periódicos de imprensa mesmo findo o conflito.

Para além dos enfoques tradicionais referindo-se à primeira metade do século XIX como “caótica” ou “anárquica”, o estudo desse tema dispõe-se a empreender uma discussão que insira a revolta de Pinto Madeira no diálogo com as novas vertentes historiográficas proporcionadas pelos trabalhos de historiadores como Marco Morel, Marcello Otávio Basile, Gladys Sabina Ribeiro, Marcus Carvalho, dentre outros¹⁰.

⁸ Conf. Informações sobre a sedição militar de abril de 1832 em Recife e a guerra dos Cabanos (1832-1835) In: ANDRADE, Manuel Correia. **A guerra dos cabanos**. Recife: EDUFPE, 2005; MELLO, Janaina. O perigo vem das matas. In: **Revista Nossa História**, ano 4, nº37, SP: Vera Cruz, novembro de 2006, pp.30-32

⁹ Visão corroborada por Socorro Ferraz. **Op.cit** e FREITAS, Décio. **Os guerrilheiros do imperador**. RJ: Graal, 1978, dentre outros.

¹⁰ Cf. MOREL, Marco. **Cipriano Barata na Sentinela da Liberdade**. Salvador: Academia de Letras da Bahia/Assembléia Legislativa do Estado, 2001; BASILE, Marcello Otávio N. C. **Ezequiel Corrêa dos Santos: um jacobino na Corte imperial**. Rio de Janeiro: FGV, 2001; RIBEIRO, Gladys Sabina. **A liberdade em construção: identidade nacional e conflitos antilusitanos no Primeiro Reinado**. RJ:

Compreendendo esse movimento como parte significativa no conjunto dos distintos projetos de nação que se forjavam entre penas, nanquim e armas.

Interpretação Historiográfica

Mesmo com os recentes avanços nas pesquisas dos movimentos sociais no nordeste¹¹, os historiadores raramente têm dissertado sobre as múltiplas dimensões dos movimentos sociais restauracionistas no sertão do Brasil durante o século XIX, optando por discutir os eventos impulsionados pelos liberais radicais ocorridos nas cidades.

Ainda que escassa, a literatura específica sobre a revolta de Pinto Madeira apresenta entre si convergências e divergências em suas acepções historiográficas.

Em 1953, Manuel Correia de Andrade¹² publicou a obra *Pernambuco e a Revolta de Pinto Madeira*. Nessa obra o autor compreende o período regencial como um período de enfraquecimento do poder político central tornando-se assim um vasto campo de batalha para a eclosão de revoltas populares. Essa manifestação cearense era vista com indignação pelas forças do governo pernambucano que temiam essas insubmissões de proprietários e militares ligados a Coluna do Trono do Altar.

João Alfredo de Sousa Montenegro¹³ é autor de *Ideologia e conflito no nordeste rural (Pinto Madeira e a revolução de 1832 no Ceará)*, datada de 1976. Neste livro, as contradições econômico-sociais do nordeste e mais especificamente na região do Cariri são analisadas para fornecerem o perfil ideológico da revolta restauradora.

O trabalho mais recente, publicado em 1985, foi o de Sócrates Brito¹⁴ intitulado *A Rebelião de Pinto Madeira: fatores políticos e sociais*, o qual discute a política local, as relações conflituosas entre as oligarquias do sertão do Ceará e a questão social que impelia à miséria muitos moradores pobres da região.

Relume-Dumará/Faperj, 2002; CARVALHO, Marcus. **Hegemony and Rebellion in Pernambuco (Brazil): 1821-1835**. Tese de Ph.D., University of Illinois at Urbana-Champaign, 1989.

¹¹ Cf. a dissertação de mestado de LIMA, Luciano Mendonça de. **Derramando susto: os escravos e o Quebra-Quilos**. Campina Grande: Universidade de Campinas, 2001.

¹² ANDRADE, Manuel Correia. **Pernambuco e a Revolta de Pinto Madeira**. Recife: Nordeste, 1953.

¹³ João Alfredo de Sousa Montenegro. **Ideologia e conflito no nordeste rural (Pinto Madeira e a revolução de 1832 no Ceará)**. RJ: Tempo Brasileiro, 1976.

¹⁴ BRITO, Sócrates Quintino da Fonseca e. **Op.cit.**

O artigo apresentado aqui se aproxima da vertente de pensamento de Sócrates Brito no que diz respeito às interfaces políticas conflituosas regionais, todavia, busco a compreensão dos revoltosos não como agentes reacionários e manipulados, mas dentro da perspectiva da “negociação e formas de interpretação diferenciada” do discurso restaurador. Fundamento tal proposta na idéia de negociação proposta por E. P. Thompson¹⁵, uma vez que em suas práticas os revoltosos do sertão cearense sob a liderança de Pinto Madeira apreendem de forma distinta os discursos que circulam na sociedade, dando lugar usos diversificados e mesmo opostos às idéias semelhantes.

Nesse sentido torna-se referência essencial deste trabalho a linha de pensamento de Marco Morel¹⁶, sobre a proximidade que existe entre “rebelar e revelar”, isto é, de que episódios como a revolta de Pinto Madeira geram ações e reações que, por sua vez, geram documentações e permitem, muitas vezes, estudar situações extremadas de conflitos e impasses de uma sociedade. E durante esse processo simbiótico o autor concebe ainda que “as rebeliões são momentos nos quais determinadas práticas, propostas e agentes históricos ganham maior visibilidade, marcam os rumos dos acontecimentos e imprimem presença nos registros históricos, ainda que de forma fugaz ou explosiva”.¹⁷

Conforme observou Izabel Marson¹⁸ esses conflitos ficaram registrados em fontes fragmentárias criadas pelos acontecimentos tais como relatórios de autoridades civis e militares; processos-crime; jornais contemporâneos; atas das sessões da câmara e senado e em obras impressas no conjunto da historiografia de autoria de nomes como John Armitage, Francisco Sales Torres Homem, Justiniano José da Rocha, Teophilo Ottoni e Joaquim Nabuco¹⁹. Para a autora:

¹⁵ THOMPSON, E. P. **Costumes em Comum**. SP: Cia. das Letras, 2005.

¹⁶ *Idem, ibidem*.

¹⁷ *Ibidem*, p.51

¹⁸ MARSON, Izabel Andrade. O Império da revolução: matrizes interpretativas dos conflitos da sociedade monárquica. In: Marcos Cezar de Freitas (Org.) **Historiografia brasileira em perspectiva**. SP: Contexto, 2001.

¹⁹ Respectivamente J. Armitage. **História do Brasil desde o período da chegada da família de Bragança, em 1808, até a abdicação de D. Pedro I, em 1831, compilada a vista de documentos públicos e outras fontes originais formando uma continuação da História do Brasil de Southey**, 2.ed. Belo Horizonte: Itatiaia/ São Paulo: Edusp, 1981; F.S. Torres Homem. O libelo do povo In: R. Magalhães Jr. **Três Panfletários do Segundo Reinado**. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1956, p.47-126; J.J. da Rocha. Ação, Reação, Transação: duas palavras acerca da atualidade. In: idem, *ibidem*, p. 161-218; T. B. Ottoni. Circular dedicada aos senhores eleitores de senadores pela província de Minas Gerais no quadriênio actual e especialmente dirigida aos senhores eleitores pelo 2º districto eleitoral da mesma província para a próxima legislatura, pelo ex-deputado Teophilo Benedicto Ottoni, prefácio de Basílio de Magalhães, 2 ed. In: **Revista do IHGB** Tomo LXXXVIII (2. parte). Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1916; J. Nabuco. **Um Estadista do Império**: Nabuco de Araújo, sua vida, suas opiniões, sua época, 2 ed. São Paulo: Ed. Nacional/ RJ: Civilização Brasileira, 1936.

estes textos tornaram-se os mais divulgados relatos dos grandes eventos políticos do Império – a Independência, a regência, a maioridade, as rebeliões do primeiro e do segundo reinados – e acabaram por estabelecer sua memória.²⁰

Os elementos constitutivos dessa memória reiteram esse interregno como um *trajeto entre a barbárie e a civilização*, fundamentando os estudos sobre a sociedade monárquica brasileira e seus “momentos de anarquia” feitos pelos historiadores brasileiros até a década de 1960. Após esse tempo outras fontes primárias passaram a ser exploradas e novas discussões foram propostas a partir da complexidade e múltiplos jogos de poder imbricados nesse contexto.

Todavia a revolta de Pinto Madeira ainda constitui uma lacuna na historiografia brasileira do período regencial. A historiografia recente não lhe tem dedicado grande atenção, uma vez que este movimento por apresentar-se como uma “revolta restauracionista” é ofuscado por eventos com perfil “revolucionário” que pressupunham uma transformação efetiva da estrutura social na espacialidade onde foram deflagrados: Conjuração mineira, Farroupilha, Canudos, Praieira, etc.

A opção pelo viés de estudo dos *movimentos sociais* no Brasil Império concorre então para a inclusão da revolta de Pinto Madeira na esfera de trabalhos já sistematizados e consolidados que versaram sobre a Balaiada, Cabanagem, A Noite das Garrafadas, a Sabinada, as Revoluções Farroupilha e Praieira e a Rebelião dos Malês.²¹

Por isso este trabalho inclui-se na linha da *história política*, pensando-a não como a história política tradicional que se pautava na narrativa de ações heróicas ou humanas dignas de serem lembradas e corporificadas em *magistra vitae*, mas sim como um campo amplo, no qual os acontecimentos políticos impõem à análise de outras dimensões da realidade histórica, abordando de formas distintas a sociedade, a economia e a cultura num processo dialógico essencial à compreensão das relações de poder no bojo das práticas políticas²².

²⁰ Izabel Andrade Marson. **Op. cit.** p.74

²¹ Respectivamente SANTOS, Maria Januária Vilela. **A Balaiada e a Insurreição de Escravos no Maranhão**. SP: Ática, 1983; PAOLO, Pasquale Di. **Cabanagem: a Revolução Popular na Amazônia**. Belém: Cejup, 1990; RIBEIRO, Gladys Sabina. “Pés-de-chumbo” e “Garrafeiros”: Conflitos e Tensões nas Ruas do Rio de Janeiro no Primeiro Reinado (1822-1831). **Revista Brasileira de História**. SP: 12 (23-24): 141-165, set. 9/ ago/ 92; SOUZA, Paulo Cezar. **A Sabinada, a Revolta Separatista da Bahia (1837)**. SP: Brasiliense, 1987; Sandra Pesavento et al. **A Revolução Farroupilha: História e Interpretação**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985; MARSON, Izabel Andrade. **Movimento Praieiro – Imprensa, Ideologia e Poder Político**. São Paulo: Moderna, 1980; João José Reis. **Rebelião Escrava no Brasil – a História do Levante dos Malês (1835)**. SP: Brasiliense, 1986.

²² Cf. Francisco Falcon. História e poder In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Org.) **Domínios da História**. Ensaios de Teoria e metodologia. RJ: Campus, 1997. p.p.63;66.

A nova história política trouxe uma abertura temática à historiografia política e “na tentativa de se redefinir o político, sua realidade e especificidade, entram em jogo a noção de social e o conceito de representação”.²³

Concepção primordial às discussões propostas por esse artigo que apreende como *comunidade política* os agentes sociais da região do Cariri em sua multiplicidade, clivagens e não apenas os detentores de uma legitimidade governamental, mas fundamentalmente os excluídos do sistema vigente que reempregam os discursos das classes opressoras como forma de resistência, representação e inserção participativa.

Segundo a lógica da *cidadania ativa*²⁴ no Brasil Império somente aos homens livres, brancos e proprietários eram conferidos os direitos de expressão e representatividade política. Destarte, os quadros da “boa sociedade” em meio ao “mundo da desordem” pós-abdicação eram cunhados e re-definidos nos embates entre liberais moderados e liberais exaltados²⁵, tendo como antítese os restauradores.

O conceito de *liberalismo* foi pensado por Harold Laski, Reinhard Kühnl, J. Shapiro, Norberto Bobbio, Ruggiero, Lothar Gall e outros como “uma concepção do Estado, que se coloca em oposição ao Estado absoluto, fornecendo à sociedade mecanismos suficientes para limitar poderes e funções desse mesmo Estado”.²⁶ Entretanto as peculiaridades de uma elite brasileira escravocrata fracionada em torno dos problemas regionais do norte e do sul promoveram uma releitura do liberalismo clássico de Hobbes e Locke adaptando-o as suas conveniências, assim: “no Brasil, a ação dos liberais foi responsável tanto pelo desenvolvimento das instituições políticas, e avanço de forças progressistas, quanto pela repressão mais brutal aos movimentos radicais”.²⁷

Os *liberais moderados* buscavam equilíbrio, ponderação e razão, defendendo um Estado forte, centralizador e adotando o axioma do “justo meio” numa linha intermediária entre o absolutismo e a democracia. Os *liberais exaltados* tinham como ideário a valorização da soberania popular e como representante do liberalismo radical eram republicanos e federalistas alicerçados na causa nacional.²⁸

²³ Idem, *ibidem*. p.79; Cf. René Rémond (Org.) **Por uma história política**. RJ:FGV, 2003.

²⁴ CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil**. O longo caminho. RJ: Civilização Brasileira, 2001.

²⁵ Discussão sobre a crise colonial e emergência do Império com seus embates liberais presente em Ilmar Rohloff de Mattos. **O tempo saquarema**. SP: Hucitec, 1987.

²⁶ Socorro Ferraz. **Op. cit.** p.57

²⁷ *Ibidem*, p.59

²⁸ Cf. Trabalho já citado de Marco Morel sobre o período regencial e Marcello Otavio N. C. Basile. **Exaltação e Sedição: Imprensa e Revoltas de Rua na Corte no Alvorecer da Regência** In: CDROM

Os *restauradores* num pólo contrário compunham uma tendência constitucional com forte matriz antiliberal, destacando a soberania monárquica e apontando para o reforço do poder dos senhores locais, oligarquias, clero e suas clientelas. Logo, a *restauração* aparecia como rejeição à independência brasileira em 1822 e após 1831 é associada às lutas pela volta de D. Pedro I ao trono²⁹.

Fora dos lugares da luta política oficializada o acirramento das revoltas e repressões decorrentes destas, envolvendo classes abastadas, camadas pobres livres ou escravas e populações indígenas revela a complexidade de interesses e configurações sociais. Uma vez que esta sociedade apresenta-se multifacetada e balizada por permanências, acomodações e negociações entre seus componentes.

Portanto a discussão da formação dessa identidade no trabalho proposto se pautará na definição de *identidade plural*, concebida por Cecília Azevedo como “uma construção social e simbólica, dinâmica em função de sua permeabilidade em face ao contexto”.³⁰ Isso significa dizer que essa identidade plástica é modelada pelas relações e embates sociais que lhe dão forma. Circunstâncias móveis, flexíveis e compartilhadas lhe conferem significado, pois:

A construção e atribuição de identidade equivale certamente a uma estratégia de legitimação, de afirmação de hegemonia, na medida em que estabelece modelos sociais de conduta. Mas esses modelos não são arbitrários, mas frutos de uma negociação simbólica.³¹

Dentro desses parâmetros esse trabalho torna manifesta a imagem dos revoltosos em luta como *súditos do imperador* no período das revoltas regenciais, uma vez que essa qualificação é responsável por sua inclusão nos espaços de debate da *opinião pública*, conferindo-lhes visibilidade nos periódicos da imprensa da época.

História e Religião. VIII Encontro Regional da ANPUH. (Org.: Lana Lage da Gama Lima et alli) Vassouras: ANPUH/FAPERJ, 1998.

²⁹ Idem.

³⁰ Cecília Azevedo. Identidades compartilhadas: a identidade nacional em questão. In: Martha Abreu; Rachel Soihet (Org.) **Ensino de História.** Conceitos, temáticas e metodologia. RJ: Casa da Palavra, 2003. p. 43

³¹ Idem, *Ibidem.*, p.44

Considerações Finais

A relevância deste trabalho, portanto se assenta na expectativa de ampliação dos espaços para o debate da revolta na região do Cariri como uma rebelião emblemática das adversidades sociais e econômicas da região nordeste envolvendo um grupo rural, etnicamente heterogêneo capaz de utilizar-se dos discursos políticos locais como mote de afirmação. Confio ser este um trabalho instigador de novas vias interpretativas para as rebeliões regenciais, contribuindo de forma original para a ampliação da historiografia nordestina em conexão com a produção historiográfica brasileira.

Bibliografia

- ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz. **A invenção do nordeste e outras artes**. Recife/São Paulo, FJN, Massangana/Cortez, 1999.
- BAKHTIN, Mikhail V. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Hucitec, 1990.
- BASILE, Marcello Otávio Néri. **Anarquistas, rusgientos e demagogos: os liberais exaltados e a formação da esfera pública na costa imperial (1829-1834)**. Dissertação de Mestrado em História Social/IFCS. Rio de Janeiro: UFRJ, 2000.
- BOBBIO, Norberto. **Liberalismo e Democracia**. São Paulo: Brasiliense, 2000.
- BRÍGIDO, João. **Ceará (homens e fatos)**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2001
- CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs). **Domínios da História. Ensaios de Teoria e Metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem./ Teatro de sombras**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- CARVALHO, Marcus. “Os índios de Pernambuco no Ciclo das Insurreições Liberais, 1817-1848”: Ideologias e Resistência. In: **Revista da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica**. Vol. 11. S/I: s/e,1996.
- FREIRE, Gilberto. **Nordeste**. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1951.
- _____. **Sobrados e Mocambos**. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1951.
- GONÇALVES, Márcia de Almeida. **Ânimos temoratos: uma leitura dos medos sociais na corte no tempo das regências**. Dissertação de mestrado em História Social. Niterói: UFF, 1995.
- GUIMARÃES, Lucia Maria P. & PRADO, Maria Emilia (orgs). **Liberalismo no Brasil imperial: origens, conceitos e prática**. RJ:Revan/UERJ, 2001.

- HOBBSAWM, Eric J. A outra história – algumas reflexões In: KRANTZ, Frederick (Org.). **A outra história: ideologia e protesto popular nos séculos XVII e XIX**. Rio de Janeiro: Zahar, 1990.
- NEVES, Frederico Castro. **A multidão e a história. Saques e outras ações de massas no Ceará**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000.
- ORLANDI, Eni P. **Discurso e leitura**. São Paulo: Cortez, 1988.
- PORTELA, Félix Fernandes. A setembrizada, a abrilada e a Cabanada. In: **Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano**, nº 58, Recife, 1903.
- RUDÉ, George. **A multidão na História: estudo dos movimentos populares na França ena Inglaterra, 1730-1848**. Rio de Janeiro: Campus, 1991.
- SOUZA, Octavio Tarquínio de. **História dos fundadores do império do Brasil**, v. VII – Diogo Antônio Feijó. Rio de Janeiro: José Olympio, 1957.
- VAINFAS, Ronaldo (Org.) **Dicionário do Brasil Imperial: 1822-1889**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.